



# Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

P R O C U R A D O R I A - G E R A L

Barueri, 20 de março de 2024

## PARECER JURÍDICO

019/2024



De: Procuradoria-geral.

Para: Presidente, Secretaria Legislativa, Comissão de Justiça e Redação, e  
Comissão de Finanças e Orçamento.

Ref.: PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 001/2024.

Autoria: MESA DIRETORA.

Dispõe sobre:

**“A FIXAÇÃO DOS SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS DA  
CÂMARA MUNICIPAL DE BARUERI PARA A 19ª LEGISLATURA”.**

### Considerações iniciais

Trata-se de Projeto de Resolução de autoria da Mesa Diretora, que pretende fixar os subsídios dos agentes políticos da Câmara Municipal de Barueri para a 19ª Legislatura.

A Resolução é a espécie de proposição destinada a regular assuntos de economia interna da Câmara, de natureza política-administrativa sobre a sua estrutura administrativa e sobre a fixação da remuneração dos Vereadores, consoante artigo 144, caput e §1º, alínea h, do Regimento Interno da Câmara.

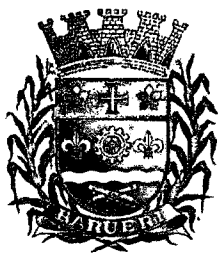
O Regimento Interno também é expresso ao prever que a remuneração dos vereadores será fixada por resolução, observados os limites

Fls. Nº	04
Proc. Nº	0568/2024

CÂMARA MUNICIPAL DE BARUERI

27-MAR-2024 15:44 000754 1/2





# Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

## P R O C U R A D O R I A - G E R A L

legais (art. 226), até 15 (quinze) dias antes das eleições municipais do último ano da legislatura (art. 227).

Assim, a Resolução é o instrumento adequado para conduzir o objeto da presente proposição, tendo em vista que a pretensão é fixar os subsídios dos vereadores da próxima legislatura, e está dentro dos limites legais, tanto no que se refere ao momento de apresentação, quanto do valor fixado.

Fls. Nº	05
Proc. Nº	0568/2024

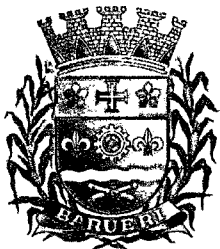
Ademais, registra-se constituir competência da Mesa Diretora "propor projeto de Resolução, dispondo sobre a remuneração dos Vereadores (art. 139), o que foi observado quando da iniciativa da presente proposição.

### Considerações finais

Portanto, referido Projeto atende aos requisitos legais de competência (artigo 12, artigo 13, inciso I, alínea "g", artigo 19, inciso III, alínea "f", todos da LOMB), iniciativa e admissibilidade (artigos 58, "caput", artigo 60, inciso VI, ambos da LOMB; artigo 135, parágrafo único, inciso I e artigo 136, alíneas "b", todos do Regimento Interno - RI), não havendo óbice à sua regular tramitação, devendo observar o processo legislativo a seguir:

- a) Parecer da Comissão de Justiça e Redação (artigo 50, §1º, do RI);
- b) Parecer da Comissão de Finanças e Orçamento (artigo 50, §2º, do RI);
- c) Discussão Única (artigo 47, da LOMB e artigo 173, §2º, do RI);





# Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

## P R O C U R A D O R I A - G E R A L

- d) Quórum de maioria absoluta dos membros da CMB (artigo 50, inciso I, alínea “e”, da LOMB e artigo 185, inciso VI, do RI);
- e) Votação Nominal (artigo 189, §3º, alínea “c”, do RI).

Fls. Nº	06
Proc. Nº	0568/2024

**Sugere-se,** à Comissão de Justiça e Redação para que, nos termos regimentais, verifique a concordância e a pertinência da pontuação utilizada.

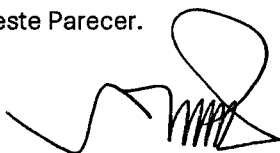
S.m.j., é o Parecer Jurídico que emerge desta Procuradoria-geral.



**LUCAS RAFAEL NASCIMENTO**  
Procurador-geral da Câmara

OAB/SP nº 264.968

A Secretaria-geral – por meio de sua Assessoria – no uso de suas respectivas atribuições, notadamente em relação a prestação de assessoria à Mesa Diretora e ao Presidente da Câmara, DÁ-SE POR CIENTE dos termos deste Parecer.



**MARCOS PEREIRA DA SILVA**  
Assessor da secretaria-geral

